

30.outubro.2012 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Externato Alfred Binet**
Dra. Fernanda Martins (diretora); Dra. Teresa Leitão (diretora pedagógica) e Dra. Maria da Luz Santos (psicóloga)

Recebidos por: Deputados do Grupo de Trabalho da Educação Especial da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e Deputados da Comissão de Segurança Social e Trabalho: Margarida Almeida (Coordenadora do GT), Maria Manuela Tender (PSD), João Figueiredo (PSD), Maria das Mercês Borges (PSD), António Cardoso (PS), Carlos Enes (PS), Idália Salvador Serrão (PS), Rui Jorge Caetano (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Paula Baptista (PCP).

Assunto: **Atraso nos pagamentos aos Colégios de Ensino Especial**

As representantes do Externato Alfred Binet fizeram uma breve apresentação da instituição, que conta com 40 anos de experiência na área do ensino especial, acolhendo crianças e jovens com características muito específicas e que, por essa razão, não frequentam as escolas de ensino regular.

O Externato celebra, habitualmente em setembro e janeiro de cada ano, contratos de cooperação com o Ministério da Educação e Ciência, contratos estes que têm registado, desde há dois anos, atrasos sucessivos, atingindo em 2013 um atraso na ordem dos 3 meses. Relativamente ao contrato que deveria ter sido assinado em setembro, lamentaram o facto de não serem sido informados, até ao momento, dos motivos que justificam o atraso, bem como da data prevista para a sua assinatura.

Sublinharam que estes atrasos têm causado graves dificuldades de tesouraria, que têm impedido o Externato de cumprir com o pagamento dos salários aos seus colaboradores e aos fornecedores e com os pagamentos legais ao Estado (Finanças e Segurança Social) e realçaram o facto de servirem uma população com limitações várias, cujos recursos logísticos, como os transportes para a deslocação dos alunos, são indispensáveis.

Reafirmaram a impotência da instituição, face à falta de verbas, sendo que muitos jovens com mais de 17 anos estão a abandonar a instituição, por incapacidade das famílias, de suportarem os encargos não assegurados pela Segurança Social.

O Sr. Deputado Carlos Enes (PS) afirmou que o PS tem acompanhado este problema, que entende dever ser urgentemente regularizado, tendo já dirigido algumas perguntas ao Governo, nomeadamente sobre a data em que pretende regularizar esta situação e sobre as implicações do incumprimento das obrigações do Estado em relação a estas instituições.

A Sra. Deputada Idália Salvador Serrão (PS) considerou que o Governo deve assumir claramente a forma como integra os alunos com deficiência, entendendo que o abandono dos alunos com mais de 17 anos corresponde a um enorme retrocesso. Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre o tipo de acordo que o Externato mantém com a Segurança Social, sobre o valor da comparticipação das famílias, sobre o número de alunos que poderão estar nestas circunstâncias, de ter de abandonar as instituições, e perguntou ainda se se verificou, este ano, alguma alteração das regras.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) fez referência a uma pergunta que dirigiu ao Governo, em fevereiro último, relativamente a atrasos na transferência de verbas para instituições de educação especial, e novamente no mês de outubro, sobre o mesmo problema, por entender que se trata de um desrespeito pelas crianças e jovens e por todos os profissionais destas

instituições. Colocou, seguidamente, algumas questões, em especial sobre o número de alunos que frequentam o Externato, sobre o número de trabalhadores, sobre as respostas que existem para estes jovens, em termos de emprego, e perguntou ainda se o subsídio entregue diretamente à instituição se aplica a algum aluno. Considerou, por último, que o financiamento a estas instituições deverá obedecer a critérios objetivos e a perspetivas de desenvolvimento de cada uma das instituições.

A Sra. Deputada Manuela Tender (PSD) manifestou a sua solidariedade relativamente ao problema apresentado e disse não compreender a situação de incumprimento, pelo que irá apurar as causas dos atrasos. Perguntou ainda se este atraso é crónico ou se se registou apenas este ano e que diligências têm tomado junto do Governo e quais as respostas que têm recebido.

O Sr. Deputado Rui Jorge Caetano (CDS-PP) manifestou a sua solidariedade em relação ao problema exposto e afirmou que tomará todas as diligências junto do Governo, no sentido da sua urgente resolução.

As representantes do Externato Alfred Binet esclareceram que não celebram protocolo com a Segurança Social, sendo que o apoio é o que resulta dos normativos em vigor. Relativamente a este apoio, afirmaram que se verificam também situações de atraso nos pagamentos e fizeram alusão às dificuldades sentidas pelas famílias e pelo Externato, no que concerne ao acesso a alguns serviços da Segurança Social, nomeadamente o de Setúbal, onde o prazo de pagamento chega a atingir os 14 meses e onde os contactos são difíceis. O mesmo não se passa em relação aos serviços de Lisboa, cuja articulação tem funcionado bem.

Referiram que o Externato conta com 38 trabalhadores e tem cerca de 100 alunos do Ministério da Educação e Ciência e cerca de 25 alunos na Segurança Social, sendo que, neste caso, a comparticipação das famílias ronda os 100€, valor que muitas delas não podem suportar. Fizeram, por último, alusão aos problemas de integração socioprofissional dos alunos maiores de 16 anos e referiram as entidades com quem estabelecem parcerias.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (Coordenadora do GT) colocou algumas questões, nomeadamente sobre as regras que foram alteradas, sobre o valor pago pelas famílias às instituições e ainda sobre se o valor é entregue às famílias ou ao Externato.

As representantes do Externato esclareceram que as regras não foram, este ano, objeto de qualquer alteração e reiteraram a sua preocupação relativamente à falta de comunicação, por parte do Ministério da Educação e Ciência, que não informa sobre os motivos para o atraso nos pagamentos nem indica a data da celebração do contrato. Afirmaram que os atrasos ocorrem mais frequentemente desde 2011 e lembraram que o último pagamento foi efetuado em julho, não tendo o Externato recebido qualquer transferência desde então, o que torna insustentável o seu funcionamento.

Por último, explicaram que o subsídio nem sempre é entregue à instituição, o que constitui um problema, daí entenderem que deveria ser sempre atribuído à instituição que presta o apoio ao aluno e nunca às suas famílias. Lamentaram, por último, que muitos alunos tenham de permanecer em casa, por falta de condições das famílias e por falta de apoios do Estado.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 30 de outubro de 2013

A assessora da Comissão
Cristina Tavares